RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

O ACESSO A SAÚDE TEM COR E NÃO É PRETA: REVISÃO INTEGRATIVA DO RACISMO INSTITUCIONAL À POPULAÇÃO NEGRA

ACCESS TO HEALTH IS COLORED AND NOT BLACK: INTEGRATIVE REVIEW OF INSTITUTIONAL RACISM TO THE BLACK POPULATION

Mayara Teodoro da Silva[1], Leandro Barbosa Teixeira[2], Dayse Cruz Raya dos Santos[3], Luiz Eduardo Pimentel dos Santos Filho[4], Priscilla Duarte Soares Correa[5]

Submetido em: 11/10/2021 e210871
Aprovado em: 21/11/2021 https://doi.org/10.47820/recima21.v2i10.871

RESUMO
O presente estudo trará como linha de pesquisa saúde e sociedade sob a área predominante da enfermagem no cuidado à saúde da população negra. O Racismo conceitua como preconceito e discriminação direcionado a alguém ou um grupo de indivíduos devido sua origem étnica ou cor de pele. O racismo institucional repousa na discriminação, evidenciada a partir de um critério racial, que ocorre de forma direta ou indireta em instituições privadas ou públicas de saúde. Objetivo: identificar os fatores limitantes ao acesso da população negra nos serviços de saúde. Metodologia: trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa e propósito descritivo, entre os anos 2016 a 2021 por meio dos referidos bancos de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Resultados e Discussão: Exploraremos questões de racismo, discriminação, vulnerabilidades e escassez de produções científicas com o protagonismo dessa população e associaremos aos impactos causados pela má assistência prestada e ausência de conhecimentos. Conclusão: O Racismo, o pensamento eugenista e o mito da democracia racial ainda se faz presente na estrutura da população, questões estas que estão enraizadas decorrente de um processo histórico. Casos de segregação racial, discriminação e violência são situações que lamentavelmente ainda se faz presente atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à saúde. Saúde da população negra. Racismo institucional

ABSTRACT
This study will bring as a line of research health and society under the predominant area of nursing in health care for the black population. Racism is conceptualized as prejudice and discrimination directed at someone or a group of individuals due to their ethnic origin or skin color. Institutional racism rests on discrimination, evidenced by racial criteria, which occurs directly or indirectly in private or public health institutions. Objective: to identify the factors limiting the access of the black population to health services. Methodology: this is an integrative review type study, with a qualitative approach and descriptive purpose, between the years 2016 to 2021 through the aforementioned databases of the Virtual Health Library (VHL). Results and Discussion: We will explore issues of racism, discrimination, vulnerabilities and scarcity of scientific productions with the protagonism of this population and we will associate them with the impacts caused by poor care and lack of knowledge. Conclusion: Racism, eugenic thinking and the myth of racial democracy are still present in the population structure, issues that are rooted in a historical process. Cases of racial segregation, discrimination and violence are situations that are unfortunately still present today.

KEYWORDS*: Access to health. Health of the black population. Institutional racism*

[1] Graduação em Enfermagem - Universidade Estácio de Sá, UNESA - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro
[2] Professor Universitário - Mestrando em educação - Universidade Estácio de Sá, UNESA - Rio de Janeiro
[3] Graduação em Enfermagem - Universidade Estácio de Sá, UNESA - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro
[4] Graduação em Enfermagem - Universidade Estácio de Sá, UNESA - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro
[5] Mestre em Enfermagem - Unirio - Enfermeira Especialista Neonatal - IFF/FioCruz

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

1. INTRODUÇÃO

A escravidão durou 300 anos, tendo seu início no século XV com o registro do primeiro leilão de africanos escravizados em Portugal, mais precisamente na vila de Lagos, Algarve. Por intermédio dos navios negreiros, foram trazidos mais de 4,8 milhões de africanos ao Brasil de modo involuntário. Os navios negreiros eram embarcações responsáveis pelo transporte de negros, que vinham escravizados da África, e o seu valor comercial dependia da quantidade de indivíduos embarcados. Durante a travessia, os escravizados eram submetidos às condições desumanas nos seus diversos aspectos (GOMES, 2019).

Nesse período, a relação estabelecida para com os escravizados é nítida: era atribuído ao seu corpo um preço, que era suprido pelos senhores de escravo, isto é, o proprietário dos autores em questão. Alugados, vendidos, comprados, entravam na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e de outros bens materiais.

O contexto geral da escravidão no Brasil demonstra que o regime escravista não foi menos violento do que em outros países. Ao contrário, podemos perceber uma violência cotidiana, multiforme e naturalizada, que nos dá pistas para o entendimento do racismo brasileiro atual (NUNES, 2006).

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, através da Lei Áurea, que foi sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Abolição essa que aconteceu através de movimentos abolicionistas e resistências dos escravizados no século XIX. Em contrapartida, mesmo com o auxílio de políticas públicas, relatos de discriminação, preconceito e injúria racial continuam sendo promovidos (GOMES, 2019)

Esse fato histórico deixou, na verdade, profundas marcas na sociedade brasileira. É preciso lembrar que o processo de abolição demandou de um longo recorte da linha espaço-temporal. Mas, é preciso também pensar o lugar que a ciência ocupou na consolidação do preconceito contra os negros. Para que se lute contra o racismo, é preciso, primeiramente, reconhecer que ele existe. Sem essa "confissão", tira-se do foco o alvo que se quer atingir (NUNES, 2006).

No contexto da saúde, a população negra ocupava, historicamente, lugares de péssima salubridade, tais como os cortiços, o que gerava inúmeras condições de proliferação de doenças. Sob a lente dos aspectos socioeconômicos, a população negra era mal remunerada, concentravam-se em áreas onde a assistência básica é deficitária e tinha acesso à serviços de saúde, tal como de educação, precarizados (SILVA et al., 2019).

No Brasil, segundo Torres (2001, *apud* OLIVEIRA, 2002), atualmente, um grande problema de saúde que a população negra enfrenta enquanto aspecto claro do racismo, refere-se à mortalidade precoce, os negros morrem prematuramente em todas as faixas etárias da vida.

A discriminação e violência, praticadas em ambientes clínicos e hospitalares, ameaçam as condições de saúde e bem-estar das minorias (negros e indígenas). Para além da raça, a pobreza,

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

nível de instrução e renda, crenças culturais e a ausência de suporte familiar influenciam no modo em que as necessidades de pessoas negras são atendidas (SILVA et al., 2019).

À vista disso, pode-se concluir que a discriminação ocorre em duas principais vertentes: a racial e a educacional. Intricados, esses aspectos interrompem o processo de acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, bem como interferem nos índices de busca por atendimento.

Devido ao racismo enraizado em instituições de saúde, as desigualdades provocam um aumento no indicativo de doenças e agravos entre a população negra. O ambiente excludente fomenta discursos correlatos à não adesão e à desconfiança da aplicação de procedimentos científicos. Esse fator põe, também, em questão a capacidade de flexibilização das abordagens técnicas-científicas (WERNECK, 2016).

Embora haja alguns esforços a fim de que políticas públicas, relativas à igualdade racial, sejam materializadas, como a elaboração da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a discriminação racial e a abordagem assimétrica dos profissionais de saúde configuram o cenário de institucionalização do racismo.

Os movimentos sociais, promovidos pela população negra, atuam continuamente na manutenção das políticas públicas de saúde que acolhem (ou, ao menos, deveriam) a população negra. A presença dessas reivindicações na esfera política, em tese, contribuiu para a construção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade e participação social.

Algumas das medidas alcançadas foram: a inserção do quesito cor/raça na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos, a elaboração do Programa Anemia Falciforme (PAF), restauração da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus, além do fortalecimento das políticas que abraçam comunidades quilombolas. É fato que, para além das doenças “geneticamente determinadas” (WERNECK, 2016).

A desnutrição, as verminoses, as gastroenterites, a tuberculose e outras infecções são provocadas por efeitos desencadeados das precárias condições socioeconômicas, isto é, essas doenças são mais comuns em indivíduos negros, não por razões étnicas, mas pelo difícil acesso aos serviços de saúde, o que dificulta a realização de diagnósticos e terapias.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), foi implantada no dia 10 de novembro de 2006, se caracteriza por uma política pública de promoção de igualdade racial, que visa atender as desigualdades raciais. Para Trad e Brasil (2012), a PNSIPN é justificada por meio da necessidade de se repensar a igualdade de ações e serviços, adotando a lógica de que a igualdade não pode ser justa: este é o primeiro passo para tal aceitação da iniquidade racial como fenômeno amplo que precisa ser combatido em todas as esferas (BATISTA, 2017).

A PNSIPN tem apenas 15 anos, porém há um desconhecimento de tal política perante a população, gestores e profissionais de saúde. Diante deste fato é possível afirmar que impacta diretamente na qualidade de vida e acesso dessa população à saúde (SANTOS, 2013).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A Política Nacional é fundamentada em quatro principais pilares, tais como a divulgação do conhecimento associado à tomada de decisões no campo da saúde da população negra; o investimento na capacitação de profissionais de saúde, os quais devem estar devidamente preparados para lidar com a diversidade étnico-racial; a propagação da informação acerca da configuração dos serviços de saúde; a potencialização das práticas de promoção e prevenção (WERNECK, 2016).

Diante contexto exposto, nosso objeto de pesquisa seria investigar o acesso da população negra aos serviços de saúde está situado, visto que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra mostra que 11,9% dos negros já se sentiram discriminados em um serviço de saúde. Diante de fatos e dados recentemente abordados, é um assunto que necessita ser discutido para haver melhorias na implementação de assistência de enfermagem para essa população que é pouco assistida. Temos como questão norteadora: Como ocorre o acesso da população negra aos serviços de saúde. E nosso objetivo de pesquisa é identificar os fatores limitantes ao acesso da população negra nos serviços de saúde.

A relevância social seria transparecer através da produção científica que o racismo institucional é algo que existe nessas instituições de saúde, porém perpassa como algo banal, situação essa que deve ser modificada através de debates, reciclagem profissional e promoção de igualdade racial.

Quanto à relevância acadêmica, almeja-se gerar um debate e/ou discussões sobre o tema perante alunos que venham se graduar posteriormente, fazendo com que assim haja mais produção acadêmica sobre essa temática, que é pouquíssimo abordado ao longo da graduação.

1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa e propósito descritivo, com a análise de conteúdo de Bardin (2009) dos estudos sobre os sobre o racismo institucional para com a população negra.

O levantamento dos artigos utilizados se deu no mês de maio de 2021 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), emergindo à base de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), bases de dados em enfermagem (BDENF) e Literatura Latino Americano em Ciências em Saúde (LILACS), com os descritores " racismo institucional"; "saúde da população negra" cruzados com os operadores booleanos "AND" e " racismo institucional"; "Acesso à saúde " cruzados com o operador booleano "AND". Totalizando 79 artigos encontrados no banco de dados.

A coleta dos estudos formou-se através de leitura exaustiva dos artigos selecionados. Sua organização e revisão contaram com auxílio de rascunho de leitura, no qual encontramos os principais problemas e resultados achados no estudo. Após a finalização, os estudos foram sintetizados para melhor visualização do que os igualava para posterior alicerce de discussão.

Os critérios de inclusão: a) estar publicado em língua portuguesa, b) estar disponível na íntegra, c) ter sido publicado nos últimos cinco anos em forma de artigos, que abordassem profundamente sobre violência, negligência, racismo e o acesso da população negra aos serviços de saúde e critérios

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

de exclusão foram produções repetidas nas bases de dados, publicações: a) não estarem na língua portuguesa, b) não estar indisponível na íntegra, c) não ter sido publicado nos últimos cinco anos em forma de artigos.

Figura 1. Cruzamento dos descritos da Literatura científica para apoio da discussão dos dados.

DESCRITORES	TOTAL	FILTROS	SELEÇÃO
Racismo institucional x saúde da população negra	19 artigos	5 artigos	4 artigos
Racismo institucional x acesso à saúde	60 artigos	13 artigos	6 artigos
Total	79 artigos	18 artigos	10 artigos

Fonte: As autoras, 2021.

.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO	METODOLOGIA	RESULTADOS
2019	Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira	Oliveira, Beatriz Muccini Costa; Kubiak, Fabiana	Saúde Debate I Rio de Janeiro, v. 43, n. 122	Revisão de literatura utilizando a metodologia de revisão sistemática	A partir da análise do conteúdo ficou evidenciado, a escassez da literatura a respeito do racismo e em contrapartida alguns autores reconheçam a desigualdade racial, porém seria consequência de outro fator como desigualdade econômica
2018	Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica	Assis, Jussara Francisca de	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133	Revisão integrativa	Os resultados foram agrupados em: violência obstétrica e mulheres negras, interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: impactos para as mulheres negras e movimento de mulheres negras numa perspectiva de cidadania insurgente
2017	O preconceito racial como determinante social da saúde a invisibilidade da anemia falciforme	Lages, Sônia Regina Corrêa et. al.	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	Pesquisa de campo, em um centro de saúde pública de Belo Horizonte	A partir da análise do conteúdo, ficou esclarecido existência do racismo institucional na saúde pública, do preconceito como gerador de depressão e do desconhecimento das equipes e dos usuários do sistema de saúde em relação à anemia falciforme
2020	Reflexões para uma prática antirracista	Borret, Rita Helena et al.	Revista Brasileira de Educação Médica	Revisão integrativa	Evidenciou que algumas teorias sociais persistem em colocar a população negra como inferior a sociedade, sobre o discurso que justifica a

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

					marginalização. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) tem como um dos seus objetivos o combate ao racismo institucional e educação aos profissionais de saúde.
2020	Racismo, eugenia e doença falciforme: o caso de um programa de triagem populacional	Silva, Gabriela dos Santos; Mota, Clarice Santos ; Trad, Leny Alves Bomfim	Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde.	Pesquisa qualitativa, ancorada na perspectiva feminista e antirracista, que aliou a análise documental da proposta do programa e entrevistas em profundidade com mulheres negras com doença falciforme acerca da percepção sobre o conteúdo do programa.	Os resultados evidenciaram conteúdos racistas e eugenistas, relacionados com um discurso de cerceamento do direito reprodutivo de mulheres com este agravo.
2019	Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira	Rizzo, Tamiris Pereira; Fonseca Alexandre Brasil Carvalho da	Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde.	Revisão integrativa, analisou as concepções teóricas e as práticas educativas em estudos dirigidos à saúde da população negra.	Nota-se dificuldade de interpenetração de referenciais teóricos e pedagógicos do campo da educação na sustentação das práticas educativas de saúde, faz-se necessária integração científica com protagonismo da população negra
2018	Saúde da População Negra: percepção de residentes e preceptores de Saúde da Família e Medicina de Família e Comunidade	Matos, Camila Carvalho de Souza Amorim; Tourinho, Francis Solange Vieira	Rev Bras Med Fam Comunidade.	Pesquisa quantitativa, descritiva, com dados primários coletados por meio de questionário online	Os resultados mostram que a maioria sabe da existência e importância da PNSIPN porém nunca fizeram sua leitura e também desconhecem o conceito de racismo institucional, sendo necessário realização de educação continuada.
2017	Raça e saúde: concepções, antíteses e antinomia na atenção básica.	Gonçalves, Mônica Mendes	Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo	Revisão integrativa	O espaço específico da saúde é ambientalizado a partir de um olhar segregacionista, marcado por diversos fatores, como cultura, comportamento e um conjunto de ideias

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

					pejorativas acerca da população negra.
2020	Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19	Goes, Emanuelle Freitas; Ramos, Dandara de Oliveira; Ferreira, Andrea Jacqueline Fortes	TES | Goes, EF; Ramos, DO; Ferreira, AJF	Revisão integrativa	No Brasil, é precária a coleta de dados baseados em raça ou etnia, pesando na notificação do impacto da pandemia exercido sobre pessoas negras, considerando o histórico de ausência de direitos. Dados nacionais apontam uma maior prevalência de doenças crônicas e negligências entre a população negra, destacando uma vulnerabilidade social, amplificada pela pandemia da COVID-19.
2020	Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental	Jesus, Victor de	Saúde Soc. São Paulo, v.29, n.2, e180519,	Pesquisa bibliográfica de nível exploratório e da análise de dados atuais de acesso a saneamento e morbimortalidade por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado segundo cor/raça	A negligência do Estado, que caracteriza o racismo institucional, põe em xeque o racismo ambiental, já que as populações negras são, diretamente, afetadas e excluídas de espaços, onde o mérito “saúde” seja discutido.

Fonte: Autoras, 2021

3.1 Categoria 1 – Nessa categoria são abordadas as temáticas relacionados ao que enfrenta a população negra.

- **VIOLÊNCIA, RACISMO E NEGLIGÊNCIA.**

A forma mais comum de adquirir um escravo era o leilão, porém não a única, existiam expedições encomendadas por um comprador individual ou um grupo. Quando essa carga chegava passava pela operação de venda no cais do porto pois já tinham destino certo. Mesmo que os escravos doentes ficassem em quarentena não foi o suficiente para impedir que epidemias ocorressem no Brasil durante o século XVII, visto que em algumas regiões da África existiam endemias de varíola, malária ou febre amarela (GOMES, 2019).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

> "Quando uma pessoa quer comprar um escravo, ela visita os diferentes depósitos, indo de uma casa a outra, até encontrar aquele que a agrada. Ao ser chamado, o escravo é apalpado em várias partes do corpo, exatamente como se faz quando se compra um boi no mercado. Ele é obrigado a andar, correr, esticar seus braços e pernas bruscamente, falar, mostrar a língua e os dentes. Está é a forma considerada correta para avaliar a idade e julgar o estado de saúde do escravo" (GOMES, 2019. p. 299).

O processo de venda era acarretado de diversas humilhações, eram submetidos a uma espécie de "exame físico" onde eram acampados, cheirados, medidos, pesados e tinham suas partes íntimas examinadas com o objetivo de buscar sinais de doenças como: sífilis e gonorreia. Suas peles eram devidamente inspecionadas buscando por feridas, em virtude que durante a travessia com dias de antecedência, as correntes e algemas eram retidas e suas feridas eram tratadas e cobertas (GOMES, 2019).

De acordo com o Borret et al. (2020), a população negra, ao ser introduzida à narrativa colonial sobre a construção identitária brasileira, é submetida aos processos sequenciais de violência, inaugurado com a diáspora africana. As imposições desumanas, tal como os processos de objetificação e comercialização, foram desencadeados a partir do sequestro em massa de povos africanos. A escravidão negra, portanto, é reconhecida por sua brutalidade e violações aos direitos humanos.

Sob à luz da análise de Silva et al. (2020), mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, a população negra não foi liberta da condição de escravidão, sendo distanciada do convívio social. Às margens da dinâmica social, os negros tiverem o acesso à cidadania negado em evidência de políticas eugenistas, cuja intenção era preservar a condição precária em que o grupo em questão vivia.

Borret et al., (2020), por intermédio de sua pesquisa, apontam a distribuição deficitária de terras como fator decisivo na onda migratória de pessoas negras para os centros urbanos, onde as perspectivas de contratação eram mais otimistas. As moradias ocupadas, também denominadas de cortiços, eram atravessadas por preconceito e discriminação, já que estavam vinculadas à pobreza acentuada, fruto da partilha desigual de riquezas no Brasil. Após as reformas urbanas, promovidas pela agenda governamental de Pereira Passos, esse contingente populacional foi intimidado a se deslocar para os morros.

Posto isso, regiões periféricas, majoritariamente ocupadas por negros, não são alvos de investimentos públicos até os dias atuais, evidenciando o racismo enraizado nas estruturas sociais. Para além disso, esses espaços são estigmatizados e rotulados como sujo, violento e perigoso.

Jesus (2020), em sua pesquisa sobre saúde ambiental, discorre sobre o encadeamento dos aspectos do meio ambiente e saneamento à saúde. Em um contexto geral, a saúde ambiental em saneamento é promovida por órgãos de saúde tanto nacionais quanto internacionais. Contudo, o direito de acesso a esse serviço dispõe-se, muitas vezes, de modo defasado. Devido aos determinantes sociais da saúde, a relação saúde-adoecimento é potencializada, sobretudo nos espaços caracterizados por gritantes desigualdades socioeconômicas, ambientais e culturais.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Historicamente, segundo Silva et al., (2020), essas violações aos direitos e cidadania da população negra refletiram em múltiplos elementos e mecanismos sociais. A exemplo disso, o acesso de negros à serviços de educação e saúde é precário, além de que a assistência básica designada a essa parcela populacional é deficitária. A população negra, portanto, ao ser desassistida quanto ao acesso à propriedade digna e ao saneamento, constitui um grupo social em estado de vulnerabilidade, cuja condição de saúde é substancialmente impactada.

Partindo dessa perspectiva, Goes et al. (2020) compreendem que o atendimento à saúde da população negra é orientado por um viés racista, construído socialmente. Desse modo, a influência que o racismo exerce sobre a organização de instituições e políticas públicas de saúde atinge o processo de diagnóstico e cuidado designado à população negra.

À vista disso, Goes et al. (2020) conclui que o racismo é configurado por um sistema estruturado a partir de comportamentos, percepções e preconceitos, os quais moldam as desigualdades entre grupos sociais. A discriminação com base nas características étnicas e raciais pode ser articulada implícita e/ou explicitamente.

Para Gonçalves (2017), o preconceito implícito – meio mais recorrente de se reproduzir comportamentos racistas – é delimitado a partir de estereótipos negativos, os quais determinam o modo pelo qual profissionais da saúde irão atuar, isto é, uma hierarquia de atendimento é cultivada no imaginário social dos indivíduos que trabalham no setor de atendimento à saúde.

- **RACISMO E SEXISMO: BARREIRAS ENFRENTADAS POR MULHERES NEGRAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

Sabe-se que o racismo institucionalizado influencia o processo de prestação de serviço, ressuscitando pré-conceitos, tais como os vinculados à ideia de que pessoas negras resistem à dor ou não adoecem. Segundo Oliveira (2019), essa lógica enfraquece o atendimento humanizado destinado a esse grupo étnico, sobretudo mulheres submetidas ao procedimento de pré-natal e parto.

Os debates que contornam a discussão sobre violência obstétrica no Brasil foram promovidos no início da década de 2000, denunciando práticas de violência ocorridas durante o parto. Entretanto, nos termos de Assis (2018), essa manifestação, à princípio, não considerou o protagonismo da mulher negra nos casos de abusos e desrespeitos no momento do parto. Ainda hoje, estudos acadêmicos tendem a se desviar das vulnerabilidades e demandas da mulher negra, o que reitera o sistema de discriminação racial, cujo arcabouço modela o ambiente clínico e hospitalar. Dados quali-quantitativos destacam que as mulheres negras possuem uma menor expectativa de vida, além de serem as principais vítimas da mortalidade materna. Esses apontamentos revelam problemas de acesso à atendimento médico de qualidade.

Sendo assim, a articulação do racismo às práticas sexistas reflete um cenário conflituoso, que configura o espaço das unidades de saúde. A abordagem de Assis (2018) sugere que, para além das violações físicas, as opiniões e os questionamentos das mulheres negras, por exemplo, são

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

desconsiderados por uma prepotência do saber biomédico. À vista disso, é de extrema importância que profissionais de saúde sejam orientados por princípios éticos, os quais reconheçam os direitos reprodutivos das mulheres negras. Nesse caso, admite-se o peso que o investimento em educação em saúde exerce sobre a organização e preparo das instituições de saúde.

3.1.1. Categoria 2- Nessa categoria são abordadas temáticas relacionadas ao perfil do profissional enfermeiro frente à população negra.

- **O IMPACTO DA FALTA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA FRENTE À ASSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA**

A educação é essencial para o desenvolvimento, construção de relações interpessoais e a inserção de qualquer indivíduo na sociedade. A educação em saúde não é tão diferente pois é um processo que envolve a qualificação e capacitação dos profissionais em saúde para ter discernimento, pensamento crítico e capacidade de resolução para atender melhor a população assistida. Seu funcionamento correto impacta diretamente na relação profissional-paciente, tendo em vista que aprendemos a olhar o paciente como um todo, reconhecendo e entendendo suas vulnerabilidades (MATOS, 2018).

> "Assim, o processo de formação de recursos humanos em saúde deve ter como pilares fundamentais: (1) o pensamento crítico e produtivo, (2) o ensino em consonância com o serviço, (3) a conscientização do aluno frente à realidade da população, (4) a autonomia individual e coletiva, e (5) o aprendizado baseado nos problemas da população assistida, de modo que o profissional atue como sujeito transformador da realidade" (MATOS, 2018).

O estudo de Rizzo e Fonseca (2019) busca refletir sobre como o fator étnico-racial é expresso no contexto em que os profissionais de saúde estão inseridos. De acordo com a análise dos respectivos autores, há uma forte influência eugenista no processo de formação do profissional da saúde, sobretudo na área da enfermagem. A linguagem técnica, voltada para estratégias de cuidado, é fomentada por um modelo biomédico, que reforça ideais vinculados ao racismo biológico.

Ao falarmos de racismo institucional, precisamos destrinçar o conceito de racismo algo que muitos confundem com discriminação. Racismo conceitua como preconceito e discriminação direcionado a alguém ou um grupo de indivíduos devido sua origem étnica ou cor de pele. Discriminação é o ato de tratar indivíduos de forma diferente, por diversos outros motivos. Assim, o Racismo institucional é definido como:

> Fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens às pessoas de minorias étnicas" (VARGA, 2016).

O termo "racismo institucional" ainda é desconhecido por residentes e profissionais de saúde. Para entender esse conceito, seria necessário um olhar amplo, e não apenas centralizado na palavra

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

"racismo", pois ele vai além das relações interpessoais. Isso mostra que há uma falha nas universidades e nos métodos de aprendizagem em saúde no SUS, já que há um déficit de promoção de debates qualificados acerca da saúde da população negra, de forma que agucem esse conhecimento para que o pensamento crítico possa ser desenvolvido, formando profissionais melhores em suas respectivas áreas (MATOS, 2018; GONÇALVES, 2017).

Em um estudo qualitativo, revelou que a minoria de gestores municipais alega estar implementando a política, porém a maioria diz estar implementando aos poucos o que faz acreditar em seu desconhecimento. Um grande problema de gestão é a pouca adesão dos municípios à PNSIPN, o que nos remete a uma opressão e reprodução de racismo, a partir do momento que tem o conhecimento da política pública e não há sua implantação (MATOS, 2018)

O racismo enraizado acarreta várias restrições à população negra, não apenas o acesso aos serviços de saúde, mas também o tratamento e qualidade no serviço. Existe uma diferença na forma de tratamento às pessoas negras no atendimento à saúde, mais de 80% dos profissionais confirmam essa afirmativa enquanto menos de 20% dizem acreditar que isso não ocorra. No que tange a capacitação e treinamento sobre a saúde da população negra, que visa trazer conhecimento e discernimento para alcançar a equidade e promover igualdade racial baseada nos princípios da PNSIPN, mas de 80% alegam desconhecer sobre esse treinamento e uma minoria com menos de 20% afirmam conhecer políticas como os debates no Conselho Municipal de saúde e movimento sobre mulheres negras. Dados como estes nos indaga a necessidade de inclusão de conhecimento, educação em saúde e capacitação sobre assuntos referentes a população negra para trabalhadores da saúde (LAGES et al., 2017; MATOS, 2018).

Diante do código de ética, podemos citar o art.41 prestar assistência de enfermagem sem discriminação por qualquer tipo de natureza; art. 83. Praticar individual ou coletivamente, quando no exercício profissional, assédio moral, sexual ou de qualquer natureza, contra pessoa, família, coletividade ou qualquer membro da equipe de saúde, seja por meio de atos ou expressões que tenham por consequência atingir a dignidade ou criar condições humilhantes e constrangedoras (COFEN, 2017).

Algumas patologias acometem com mais prevalência a população negra, a anemia falciforme, por exemplo, é uma das doenças que reduz a expectativa de vida em no máximo 45 anos e, é causa de mortalidade entre crianças e adolescentes. Os dados evidenciam que mais 50% dos profissionais dizem não ter esse conhecimento e um pouco mais de 40% dizem conhecer e dentre estes mais de 60% conhecem a anemia falciforme e 40% reconhecem a hipertensão arterial. O que traz um espanto e uma indignação ao mesmo tempo é que dos entrevistados mais de 70% se declararam de cor preta, negra ou parda e mais de 20% de cor branca, e o espanto maior vem que 50% são profissionais da área da saúde (LAGES et al., 2017).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

- **A FALTA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Observa-se uma escassez de produção científica com o protagonismo da população negra. As primeiras publicações sobre esse respectivo tema datam no ano de 2000, mas, ainda sim, com poucos números. A partir desse fato, pode-se dizer que o racismo e a população negra são temas pouco explorados, resultando em produções científicas recentes. Embora apontar um motivo para tal fato seja dificultoso, Cruz e Werneck classificam esse fenômeno como racismo epistêmico. Segundo Cruz, seria uma contradição entre o que a academia julga como relevante e digno de produções e as reais tribulações vivenciadas pela população. Deve-se destacar que o não reconhecimento das diferenças se enquadra em padrões de violência e discriminação.

> "Os resultados deste continuado desconhecimento, isto é, deste racismo epistemológico, sobre aspectos relativos às mulheres negras, em particular, podem ser notados pelos baixos indicadores sociais e de desenvolvimento, assim como pela demora em se estabelecer políticas públicas afirmativas na área da saúde e da educação que promovam o bem-estar social e a qualidade de vida deste segmento da população" (OLIVEIRA, 2019)

Em 2016, houve uma crescente nos artigos publicados sobre racismo institucional e saúde da população negra. Uma das hipóteses que contorna esse efeito está associada ao aumento de pessoas negras nas universidades devido à programas governamentais, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), mas também a implantação Lei de Cotas, estabelecidas respectivamente nos anos 2013, 2014 e 2012.

Em contrapartida, os artigos foram publicados com base nos programas de pós-graduação, que poderia ter relação com as bolsas oferecidas pelo governo para mestrado e doutorado. Dados mostram que um pouco mais de 25% dos artigos publicados foram sobre metodologia quantitativa e de pesquisas pré-existentes, como Inquérito Nascer do Brasil, Pesquisa Rede Cegonha, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), dentre outros.

Esse fato nos leva a interrogar o porquê de pesquisadores escolherem essa forma de metodologia, visto que ela provoca um distanciamento do tema. Algo que poderia ser uma pressuposição para escolha da metodologia seria dificuldades em abordar o tema racismo, ou seja, o acesso aos serviços de saúde poderia ser limitado, prejudicando, assim, os resultados da pesquisa, já que muitos profissionais da saúde sendo questionados sobre esse tema poderiam omitir e/ou mentir durante a entrevista (OLIVEIRA, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho que o direito ao acesso à saúde por parte da população negra é fragmentado devido ao racismo estrutural, tal como pensamentos eugenistas e o mito da democracia racial, que ainda se faz presente na sociedade brasileira. Essas questões decorrem de processos históricos marcados por uma violência característica: casos de segregação racial,

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

discriminação e violência são situações que se articulam na esfera sociopolítica atual de modo lamentável.

Pré-definidos na discussão que traçava o destino desse trabalho, os objetivos de pesquisa contornam a identificação dos fatores limitantes ao acesso da população negra aos serviços de saúde, evidenciando os aspectos sociais, políticos e econômicos que desfavorecem a integralidade da saúde da população negra, tornando-a invisível e negligenciada.

Doenças que são mais predominantes a essa população que levam a índices de morte prematura e/ou péssima qualidade de vida que engloba todos os ciclos da vida. A violência obstétrica é uma indagação atual pois existe políticas de saúde que visam o enfrentamento da mortalidade materna de mulheres negras, porém a objeção e apatia em sua implantação são caracterizados pelo racismo e sexismo.

O racismo institucional, portanto, não é apenas o mau atendimento ou nas dificuldades de acesso ou na implantação do quesito cor; a ausência desse conhecimento nos faz contestar a formação dos profissionais e falhas na educação em saúde que favorece mecanismos racistas. A educação em saúde ainda segue modelos tradicionais que valorizam formar profissionais com conhecimentos técnicos, porém ocorre uma falha no conhecimento ampliado de saúde, onde aprendemos a importância de olharmos para todos como um todo, ou seja, analisando, respeitando e identificando todas as suas particularidades.

Posto isso, o olhar racializado, mesmo que intrínseco, intermedeia a relação de cuidado, desqualificando o profissional, o qual toma atitudes equivocadas e/ou limitadas durante a assistência à saúde. A fim de que esse quadro de violência e discriminação seja revertido, algumas estratégias foram – e podem ser – debruçadas sobre a qualificação e sensibilização do profissional de saúde por intermédio de investimentos em educação, o que gera equidade racial no campo educacional. Para além disso, reconhece-se a importância da participação política de atores negros nos espaços de poder para que haja uma sólida manutenção dos conflitos movidos por discursos associados ao preconceito racial.

Por fim, reconhecemos a relevância desse trabalho no processo de potencialização das práticas pós-coloniais e antirracistas, que visam investigar as consequências devastadoras que acometeram à população negra e traçar estratégias que possam atingir a tão almejada equidade racial.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018.

BATISTA, Luis Eduardo; BARROS, Sônia. Enfrentando o racismo nos serviços de saúde**. Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, supl.1, e00090516, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102311x00090516. Acesso em: 17 abr. 2021)

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

BORRET, Rita Helena et al. Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, supl. 1, e148, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100550220200005008 04&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405.

COFEN. **Resolução COFEN Nº 564/2017**. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem, 2017.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde (online)**, v. 18, n. 3, p. e00278110, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278. Acesso em: 3 set. 2021.

GONÇALVES, Mônica Mendes. **Raça e saúde**: concepções, antíteses e antinomia na atenção básica. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Doi:10.11606/D.6.2018.tde-07022018-122142. Acesso em: 09 mar. 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. V. I.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade (online)**, v. 29, n. 2, p. e180519, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519. Acessado em: 3 set. 2021.

LAGES, Sônia Regina Corrêa et al. O preconceito racial como determinante social da saúde - a invisibilidade da anemia falciforme. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-122, jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202017000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2021.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. *In:* **Superando o racismo na escola**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005.

MATOS, C. C.; TOURINHO, F. S. Saúde da População Negra: percepção de residentes e preceptores de Saúde da Família e Medicina de Família e Comunidade. **Rev. Bras. Med Fam Comunidade**, v. 13, n. 40, p. 1-12, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc13(40)1712.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772006000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2021

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 122, p. 939-948, set. 2019. Acesso em 24 de abril de 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104201912222.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João Del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082014000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2021.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

RIZZO, T.; FONSECA, A. Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 4, 2019. DOI: https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1649.

SANTOS, Josenaide Engracia dos; SANTOS, Giovanna Cristina Siqueira. Narrativas dos profissionais da atenção primária sobre a política nacional de saúde integral da população negra. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 563-570, Dec. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000400003. Acesso em: 27 abr. 2021.

SANTOS, V. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Enciclopédia Biosfera**, [S. l.], v. 9, n. 16, 2013. Disponível em: https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3538. Acesso em: 1 maio. 2021.

SILVA, Fernanda Martins; SOUZA, Vinícius Brito de. **Equipe de enfermagem frente ao racismo institucional**. 2020. 16f. TCC (Graduação em enfermagem) - Unicesumar – Universidade Cesumar, Maringá, 2020

SILVA, G.; MOTA, C.; ALVES, Bomfim. Racismo, eugenia e doença falciforme: o caso de um programa de triagem populacional. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1881.

SILVA, E. L. V. da. Racismo Institucional e suas repercussões ao acesso à saúde no Brasil. **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social:** Desafios Contemporâneos. Londrina, PR. 2017

SILVA, Nelma Nunes da et al. Acesso da população negra a serviços de saúde: revisão integrativa. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 73, n. 4, e20180834, 2020. Acesso em 27 de abril de 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0834.

VARGA, István van Deursen; BATISTA, Luís Eduardo. Saúde da população negra e da mulher como políticas públicas e campos intelectuais: subsídios para um estudo de caso sobre o racismo institucional sistêmico. **Saude soc.**, São Paulo , v. 25, n. 3, p. 521-523, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902016000300521&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2021.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.,** São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610. Acesso em: 27 abr. 2021.